



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/11/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Casos de reestatização viram munição para quem é contra privatizar a Sabesp

Nas últimas décadas, serviços de saneamento em centenas de cidades voltaram às mãos da administração pública após serem concedidos à iniciativa privada. Casos de reestatização já ocorreram em Berlim, Paris e Buenos Aires, e agora viraram munição para quem é contra privatizar a Sabesp.

Opositores do projeto —que foi enviado à Assembleia Legislativa em outubro— usam os episódios para dizer que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) está colocando São Paulo na contramão do mundo. O argumento, porém, divide especialistas.

Enquanto alguns analistas afirmam que as reestatizações ilustram o fracasso do processo de privatização, outros avaliam que os episódios estão longe de indicar uma tendência. Na verdade, dizem, parte relevante dos casos sugere que a missão foi cumprida com sucesso, já que o contrato foi executado do início ao fim.

Os motivos indicados para a reestatização são diversos: fim de contrato, quebra de cláusulas contratuais, desistência ou falência das empresas privadas, entre outros. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de novembro.

Zanin vota contra revisão da vida toda do INSS e julgamento pode voltar ao STJ

O ministro Cristiano Zanin votou contra a revisão da vida toda do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em novo julgamento do caso no plenário virtual do STF (Supremo Tribunal Federal). Zanin também defende a volta da ação para o STJ (Superior Tribunal de Justiça), para nova análise.

Em seu voto, Zanin solicita que o caso retorne ao STJ porque para ele, assim como para os ministros contrários à tese no julgamento de dezembro, o Tribunal Superior não observou o que diz o artigo 97 da Constituição.

Neste caso, para tornar uma lei inconstitucional, é preciso maioria absoluta levando-se em consideração o número de ministros da corte ou do órgão julgador.

Caso seu voto seja vencido —e ação não seja julgada novamente no STJ—, Zanin faz a modulação dos efeitos do pagamento dos atrasados. Para ele, o INSS deve pagar os valores retroativos tendo como base a publicação da ata de julgamento da ação, que é o dia 13 de dezembro de 2022.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de novembro.

Economistas voltam a reduzir previsão para inflação e PIB neste ano

Os economistas voltaram a reduzir a previsão para a inflação e o crescimento econômico do Brasil neste ano. Segundo o boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (27), o mercado diminuiu pela terceira semana seguida a expectativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Agora, os analistas acreditam que o aumento de preços será de 4,53%, uma queda de 0,02 ponto percentual em relação à semana anterior. Já para os três próximos anos, a previsão permanece em 3,91% (2024) e 3,5% (2025 e 2026).

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Ao mesmo tempo, o mercado também espera um PIB (Produto Interno Bruto) menor de 2,84%, redução de 0,01 ponto percentual. É a segunda semana consecutiva que os economistas ouvidos pelo Banco Central diminuem a expectativa. Assim como a inflação, a previsão do crescimento econômico foi mantida para 2024 (1,5%), 2025 (1,93%) e 2026 (2%).

Nos outros principais índices, não houve alteração na taxa básica de juros, a Selic, para este ano (11,75%) e os próximos três anos: 9,25% (2024), 8,75% (2025) e 8,5 (2026).

O dólar também foi mantido em R\$ 5 (2023), R\$ 5,05 (2024), R\$ 5,10 (2025) e R\$ 5,18 (2026).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 27 de novembro.

Promessa de Haddad de alternativa a desoneração não deve impedir derrubada de veto

Líderes do Congresso Nacional afirmam que a promessa do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de criar uma alternativa para a desoneração da folha de pagamento não deve impedir o Legislativo de derrubar o veto total do presidente Lula (PT) à lei.

Deputados e senadores afirmam sob reserva que o Ministério da Fazenda tem ignorado negociações feitas pelo próprio governo durante a tramitação das propostas. Citam os casos do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) e do Marco das Garantias.

Parlamentares afirmam ainda que o ministro poderia ter apresentado um plano B até o mês passado, quando o Senado adiou em uma semana a aprovação do projeto de lei na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Reclamam, também, do baixo índice de empenho de algumas emendas, o que deixa deputados e senadores expostos a críticas de prefeitos por promessas de entregas não cumpridas, a poucos meses das eleições municipais de 2024.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de novembro.

Haddad destaca 'ineditismo' do Desenrola e diz que 7 milhões de brasileiros quitaram dívidas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal estava preocupado com o "ineditismo" do programa Desenrola Brasil, de refinanciamento de dívidas de pessoas físicas. Segundo o ministro, até o momento, foram 7 milhões de brasileiros que conseguiram quitar as dívidas a partir do programa.

"Todos nós estamos muito preocupados com o ineditismo, nunca tinha sido tentado nada parecido", declarou o ministro ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante transmissão semanal ao vivo nas redes sociais, denominada de Conversa com o Presidente, nesta terça-feira, 21. "Foi uma ousadia do presidente Lula ter colocado no programa de governo e não se tinha tecnologia, ela foi desenvolvida ao longo do primeiro semestre."

Haddad reforçou que o desconto médio no Desenrola é de 83% e pode chegar a 99% em alguns casos. Segundo ele, do total de dívidas de R\$ 100, R\$ 10 milhões foram cancelados.

"Tudo somado, 7 milhões de brasileiros", calculou. "O potencial do programa, teoricamente, podemos chegar a R\$ 30 bilhões."

"A grande vantagem é que quando aceita pagar dívida, o nome fica limpo", comentou o ministro. Em relação à nova fase do programa, Haddad afirmou que, pela dívida ser maior e desconto grande, o valor descontado em reais será muito maior.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de novembro.

Governo quer criar órgão para fiscalizar queda de preço dos combustíveis nos postos

A satisfação dos consumidores brasileiros em relação a situação atual piorou em novembro e a confiança caiu para o nível mais baixo em cinco meses, mostraram dados da FGV (Fundação Getulio Vargas) divulgados nesta sexta-feira (24).

O ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da FGV teve no mês queda de 0,2 ponto e foi a 93,0 pontos, menor nível desde junho deste ano (92,3 pontos).

"O resultado foi influenciado por uma ligeira piora da satisfação em relação à situação atual e manutenção das expectativas", afirmou a economista do FGV IBRE Anna Carolina Gouveia.

O ISA (Índice de Situação Atual) recuou 0,4 ponto em novembro, para 82,1 pontos, marcando o segundo mês seguido de baixa. Já o IE (Índice de Expectativas) caiu 0,1 ponto, para 100,8 pontos.

"Há uma queda intensa na confiança dos consumidores de classes de renda baixa, recuperação das faixas intermediárias e estabilidade na classe mais alta. Essas diferenças parecem estar relacionados a uma maior dificuldade financeira dessas famílias, perspectivas mais pessimistas em relação ao emprego, com forte impacto na situação financeira futura e na sua capacidade de comprar bens duráveis", ressaltou Gouveia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 25 de novembro.